

# CONFIGURAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E POBREZA NO ESTADO DO PIAUÍ NAS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980

Jaira Maria Alcobaça Gomes\*

Examinam-se as medidas de desigualdade e pobreza calculadas com base nas informações censitárias de 1960, 1970 e 1980 sobre os rendimentos das pessoas economicamente ativas (PEA), incluindo e excluindo os sem rendimentos, objetivando caracterizar a evolução da distribuição da renda e pobreza, considerando o processo de formação e desenvolvimento da economia piauiense.

As limitações dos dados sobre renda publicados nos Censos foram apresentadas por Hoffmann e Kageyama (1986). Em primeiro lugar, ocorre uma subestimação da renda total pelos censos, devido à coleta via questionários e à própria metodologia, que não computa a produção para autoconsumo. Além disso, registra-se a incorreção dos rendimentos percebidos e declarados no mês de referência desses censos. Chamam ainda atenção para o fato de que tais limitações não afetam, de forma uniforme, todos os estratos de renda. Ao contrário, incidem sobre os extremos da distribuição, o que aumenta a incerteza das medidas de desigualdade calculadas. Em segundo lugar, existe a questão da subdeclaração das rendas altas, deliberadamente ou não.

Entre outros entraves, está a forma de publicação dos dados, que requer estimativas para cálculo dos índices de desigualdade, os quais exigem pressupostos que podem representar fielmente ou não os fenômenos estudados. Ademais, há dificuldades para a comparação dos dados entre os censos, porque as metodologias de coleta e a apresentação dos dados, muitas vezes, variam bastante.

Apesar dessas limitações, os Censos são ricos em informações sobre as décadas de 60, 70 e 80, possibilitando configurar a desigualdade e a pobreza nos estados brasileiros.

A tabela 1 mostra que a renda média foi de **0,42 SM** em 1960, **0,56 SM** em 1970 e **0,98 SM** em 1980 para a PEA, incluindo os sem rendimento. Observa-se que a renda média cresceu 33,3% no período de 1960 a 1970 e 75,0% no de 1970 a 1980.

**Tabela 1. Medidas de tendência central, desigualdade e pobreza<sup>(1)</sup> para população economicamente ativa, incluindo os sem rendimento; Piauí - 1960 - 1970 - 1980.**

ANOS	Número de pessoas	Renda média (SM)	Mediana (SM)	Índice de Gini	Índice de Theil	Proporção de pobres (H)	Razão de insuficiência de renda (I)	Índice de Sen (P)	Índice de FGT
1960	377.586	0,42	0,33	0,549	0,507	0,943	0,690	0,780	0,506
1970	480.632	0,56	0,41	0,572	0,558	0,911	0,643	0,724	0,442
1980	656.727	0,98	0,49	0,659	0,646	0,779	0,608	0,624	0,378

Fonte: IBGE. Dados básicos do Censo Demográfico de 1960, 1970 e 1980.

(1) Linha de pobreza igual a 1 SM em valor real de agosto de 1980.

Por outro lado, eleva-se a desigualdade da distribuição da renda nesses anos. O índice de Gini cresce de **0,549** (1960) para **0,572** (1970) e **0,659** (1980) e diminui a proporção de pobres de **0,943** (1960) para **0,911** (1970) e **0,779** (1980). Esse decréscimo da pobreza é também verificado pelo índice de FGT, que foi de **0,506** em 1960, **0,442** em 1970 e **0,378** em 1980.

A tabela 2 apresenta as medidas de desigualdade e pobreza para a PEA com rendimento em 1960, 1970 e 1980. Percebe-se que houve um crescimento da renda média e mediana e das medidas de desigualdade e uma diminuição das medidas de pobreza no período de 1960 a 1980.

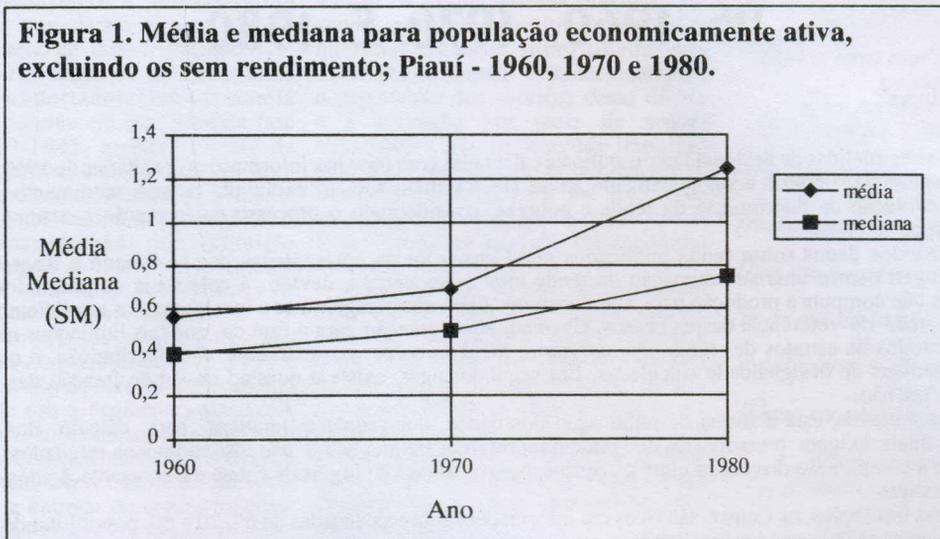
**Tabela 2. Medidas de tendência central, desigualdade e pobreza<sup>(1)</sup> para população economicamente ativa, excluindo os sem rendimento; Piauí - 1960, 1970 e 1980.**

ANOS	Número de pessoas	Renda média (SM)	Mediana (SM)	Índice de Gini	Índice de Theil	Proporção de pobres (H)	Razão de insuficiência de renda (I)	Índice de Sen (P)	Índice de FGT
1960	285.724	0,56	0,39	0,404	0,348	0,924	0,583	0,635	0,347
1970	390.439	0,69	0,50	0,473	0,456	0,890	0,551	0,600	0,313
1980	514.277	1,25	0,75	0,564	0,548	0,718	0,457	0,443	0,205

Fonte: IBGE. Dados básicos do Censo Demográfico de 1960, 1970 e 1980.

(1) Linha de pobreza igual a 1 SM em valor real de agosto de 1980.

A figura 1 mostra a trajetória das rendas média e mediana entre 1960 e 1980, no Estado do Piauí. A renda média cresceu 81,2% de 1970 a 1980, enquanto de 1960 a 1970 a variação observada foi de apenas 23,2%.

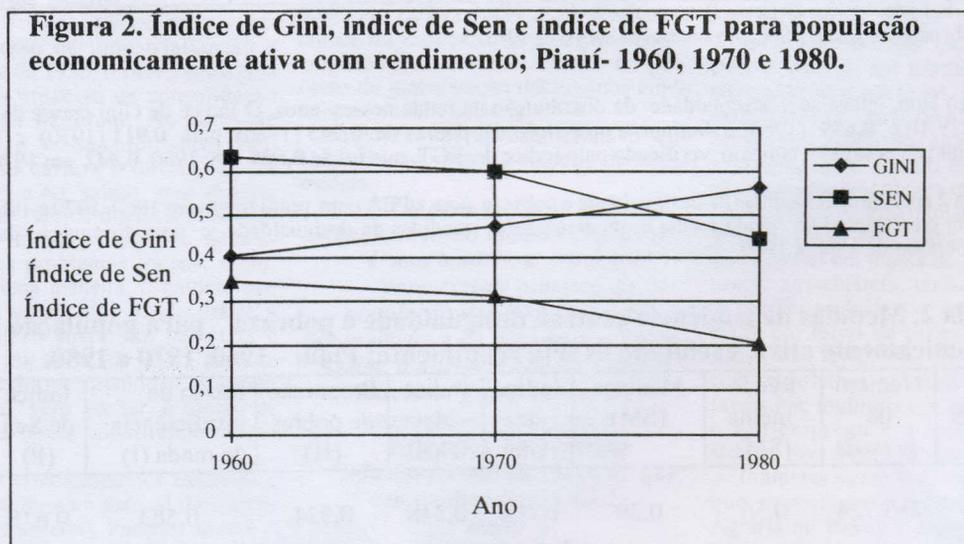


O índice de Gini cresce de 0,404 (1960) para 0,473 (1970) e 0,564 (1980), e é menor que no Brasil, onde foi de 0,504 (1960), 0,561 (1970) e 0,592 (1980). A desigualdade no Piauí pode ser considerada baixa em 1960 e 1970, visto que o índice de Gini é menor que 0,500, considerando as pessoas economicamente ativas com rendimento. Para o Brasil, esse índice está acima de 0,500.

Verifica-se, por outro lado, que o índice de Gini no Piauí se eleva em 17,3% de 1960 a 1970 e em 19,2% de 1970 a 1980, enquanto no Brasil o crescimento foi de apenas 11,3% no período de 1960 a 1970 e 5,5% no de 1970 a 1980. É claro, portanto, o crescimento mais intenso da desigualdade no Piauí, principalmente no período de 1970 a 1980.

O que chama atenção nesse período é a elevada proporção de pobres - 92,4% (1960) e 89,0% (1970) - entre as pessoas economicamente ativas com rendimento, permitindo inferir que o problema mais grave da estrutura da renda no Estado do Piauí até 1970 é a insuficiência de renda, uma vez que no Brasil a proporção de pobres é de 58% em 1960 e 55% em 1970.

A figura 2 apresenta o comportamento do índice de Gini, do índice de Sen e do índice de FGT entre 1960 e 1980, em que se visualizam o crescimento da desigualdade e o decréscimo da pobreza.



Em síntese, o Estado do Piauí apresentou baixo índice de desigualdade e elevada pobreza, considerando a PEA com rendimento, em 1960 e 1970. Já no período de 1970 a 1980 ocorre o crescimento mais intenso da desigualdade da distribuição da renda no Piauí em relação ao Brasil, decorrente não só do crescimento econômico da economia brasileira, mas também das características demográficas e econômicas do Estado.

Conforme mostra a tabela 3, observa-se um padrão geral de desaceleração demográfica no Piauí, seguindo o padrão brasileiro, em decorrência das quedas contínuas nas taxas de fecundidade.

**Tabela 3. Evolução da população residente e taxa média geométrica de crescimento anual; Piauí - 1960, 1970, 1980 e 1991.**

Data dos recenseamentos gerais	População residente	Taxa geométrica de crescimento anual (%)	Varição da taxa de crescimento (%)
<b>TOTAL</b>			
01/09/1960	1.242.136		
01/09/1970	1.680.573	3,07	-20,82
01/09/1980	2.139.021	2,44	-29,10
01/09/1991	2.582.137	1,73	
<b>URBANA</b>			
01/09/1960	285.566		
01/09/1970	536.612	6,51	-18,89
01/09/1980	897.994	5,28	-26,14
01/09/1991	1.367.184	3,90	
<b>RURAL</b>			
01/09/1960	956.570		
01/09/1970	1.143.961	1,81	-54,70
01/09/1980	1.241.027	0,82	-123,17
01/09/1991	1.214.953	-0,19	

Fonte: Dados extraídos de IBGE (1995).

Destaca-se que a população rural corresponde a **77,0%** da população total em 1960, decrescendo para **68,1%** em 1970 e **58,0%** em 1980. Outro aspecto é que **47,1%** da população está concentrada na faixa etária de 0 a 14 anos em 1960, **47,6%** em 1970 e **45,5%** em 1980, sendo significativo o peso relativo de jovens na população total. Informa-se, ainda, que em 1980 as taxas de analfabetismo, segundo IBGE (1995), são **49,5%** no total, **29,5%** na área urbana e **65,1%** na rural.

O comportamento da população economicamente ativa, no Piauí, está representado na tabela 4. De 1960 a 1980 a PEA agrícola diminui sua participação relativa, passando de **74,2%** para **62,3%**, embora se mantenha como o setor em que as maiorias das pessoas ocupadas estão inseridas. A indústria, caracterizada pela predominância de microempresas familiares e artesanais, participa com **6,6%** em 1960 e **9%** em 1980. Por outro lado, a presença do setor serviços se fortalece, sobretudo quanto ao setor informal, mantendo os seguintes percentuais: **19,2%**, em 1960, e **28,7%**, em 1980. Existe uma tendência de crescimento da PEA na indústria, na medida que mostra uma taxa de crescimento de **11,6%** no período 70/80. Nesse período, a taxa de crescimento é apenas **1,5%** na agricultura e **4%** no setor de serviços.

**Tabela 4. População economicamente ativa (PEA) do Piauí, conforme os setores produtivos; 1960/1980.**

Discriminação da população economicamente ativa	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1960	281.039	25.071	72.783	378.893
1970	334.473	26.016	124.177	484.666
1980	390.882	56.426	179.626	626.934
<b>Distribuição percentual (%)</b>				
1960	74,2	6,6	19,2	100,0
1970	69,0	5,4	25,6	100,0
1980	62,3	9,0	28,7	100,0
<b>Taxa crescimento anual (%)</b>				
1960 a 1970	1,7	0,4	5,5	2,5
1970 a 1980	1,5	11,6	4,0	5,3

Fonte: Dados extraídos de Santos (1995).

A tabela 5 mostra a variação percentual do PIB no Brasil, Nordeste e Piauí, verificando-se que o maior crescimento percentual do PIB no Piauí é no período de 1970 a 1975 (**60,8%**), acima da variação nordestina, de **54,5%**, e abaixo da brasileira, de **63,2%**.

**Tabela 5. Variação percentual do PIB do Brasil, Região Nordeste e Estados nos quinquênios 1960-65, 1965-70, 1970-75, 1975-80.**

Unidade	Quinquênios			
	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80
<b>NORDESTE</b>	27,1	17,4	54,5	51,9
Maranhão	20,1	19,1	46,0	60,4
<b>PIAUI</b>	<b>46,0</b>	<b>20,0</b>	<b>60,8</b>	<b>44,4</b>
Ceará	40,8	0,4	46,1	63,3
Rio Grande do Norte	26,8	-9,0	80,5	48,7
Paraíba	24,0	-20,3	59,4	31,1
Pernambuco	32,8	15,9	49,1	33,3
Alagoas	22,4	32,8	45,5	51,6
Sergipe	31,0	28,2	51,2	36,0
Bahia	17,7	41,7	60,4	66,7
<b>BRASIL</b>	23,3	47,4	63,2	40,8

Fonte: Dados do PIB a custo de fatores dos Estados, Região Nordeste e Brasil (em US\$ 1.000,00 constantes de 1995) extraídos de Azzoni (1997, p.380-383).

O comportamento do PIB piauiense reflete sua estrutura econômica, baseada, até o final da década de 1950, segundo Martins, Rocha, Medeiros *et al* (1978), na pecuária extensiva, extrativismo e agricultura de subsistência. Essas atividades caracterizavam-se pela pequena divisão social de trabalho, mercado consumidor restrito e agricultura voltada, de início, somente para autoconsumo.

Destaca-se que o extrativismo exportador causou certo dinamismo na economia piauiense, fortalecendo as finanças públicas, propiciando melhoramentos urbanos e intensificando o processo de urbanização de Teresina e Parnaíba.

A economia piauiense é marcada pela multiplicação da pequena produção agrícola, como resultado do decréscimo da produção extrativa até a década de 1970. Para Domingos Neto (1983), a criação extensiva de bovinos e a exploração extrativa perdem importância frente às roças.

De acordo com Martins, Rocha, Medeiros *et al* (1978), Bandeira (1983), Rocha (1988) e Santos (1995), a economia piauiense, no período de 1970 a 1980, se caracteriza por investimentos em infra-estrutura básica (estradas, energia, abastecimento d'água, eletrificação, telecomunicações, etc.), bem como por ascendente participação das transferências federais nas receitas do Estado. O Piauí continua a importar grande parte dos seus produtos agrícolas e pecuários. Rocha (1988), entretanto, chama a atenção para a intensificação do processo de concentração de terras a partir de 1970, devido a elementos variados, quais sejam: incentivos fiscais vindos da *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE); política de crédito agrícola subsidiado; medidas de combate às secas; grilagem; alienação de grandes extensões de terra pertencentes ao Estado; programa Proálcool; incentivos do atual *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis* (IBAMA), na época, *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal* (IBDF), visando ao reflorestamento e à implantação de infra-estrutura física, o que estimula novas grandes propriedades de cidadãos vindos de outras regiões ou de outros estados, reduzindo mais as perspectivas de acesso a terra pelos pequenos produtores.

Mesmo com esses aparentes incentivos, o Piauí não incorpora a modernização da agricultura que vem se processando no Brasil. Por isso é, no mínimo, conclusão precipitada, segundo Domingos Neto (1983), considerar a agricultura piauiense modernizada, pois seu grau de transformação é pequeno e visualizado apenas em algumas culturas alimentares e em áreas privilegiadas por algum programa governamental. Portanto, qualquer indicador de modernização só se sustenta nas zonas beneficiadas por grandes projetos agropecuários financiados pela SUDENE e/ou por iniciativas de reflorestamento do IBAMA.

Outro aspecto a considerar, dentro das características econômicas do Estado do Piauí, é a formação do seu mercado de trabalho, como um dos fatores responsáveis pela má distribuição de renda.

Nessa perspectiva, os elementos que formam o mercado de trabalho no Piauí, segundo Lopes (1996), surgiram com o extrativismo. Essa atividade permitiu uma incipiente acumulação de capital, criando as condições para a conformação de um frágil mercado de trabalho, dentro de processo de urbanização e avanço da divisão social do trabalho. Tal mercado de trabalho se estruturou com o **crescimento populacional, ação do setor público e consolidação de alguns núcleos populacionais, como Teresina (capital).**

Na agricultura predomina a parceria (meação, etc.), tendo menor importância o assalariamento. Isso está associado à elevada concentração da terra, que marca a estrutura fundiária do Estado do Piauí. Nas cidades, a mercantilização da força de trabalho é restrita pelo reduzido mercado interno, mas se destaca a presença do Estado como agente absorvedor de força de trabalho, estimulando o emprego no setor serviços e expandindo a camada intermediária e o consumo urbano.

É, pois, esse contexto demográfico e econômico que subsidia a compreensão da configuração da distribuição da renda em 1960, 1970 e 1980 ●

<sup>1</sup> 1 SM representa aqui o valor real de um salário mínimo de agosto de 1980.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, C. A. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. *Estudos Econômicos*. IPE/USP, São Paulo: v.27, n.º 3, set./dez., p.341-393, 1997.  
 BANDEIRA, W. J. A estrutura agrária e o desenvolvimento econômico-social do Piauí. *Estudos Diversos*, Teresina: v.1, n.21, p.1-161, 1983.  
 DOMINGOS NETO, M. *Seca seclorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

HOFFMANN, R., KAGEYAMA A. A distribuição da renda no Brasil entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.16, n.1, p.25-47, 1986.  
 MARTINS, A. de S. Rocha, Medeiros *et al* (1978). *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.  
 SANTOS, A. de P. S. Agregados macroeconômicos. In: **POLÍTICA de desenvolvimento sustentável para o Nordeste semi-árido**. Teresina: 1995.  
 ROCHA, Jonas. A pequena produção rural no Estado do Piauí. *Carta CEPRO*. Teresina, v.13, n.1, jan./jun./1988, p.29-68.  
 SOUSA, I. B. L. Formação do mercado de trabalho no Piauí: 1960-1970. Particularidades histórico-econômicas do caso nordestino. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, 1996. (Tese de Doutorado em História Econômica). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

\* Jaira Maria Alcobaça Gomes professora adjunta do DECON/UFPI, Pesquisadora do TROPEN/UFPI, Mestre em Economia Rural pela UFPB/CG e Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP.